



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

207
J

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0198088-5

214

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

APELADA: CERES PEREIRA DE LIMA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

R
5674

EMENTA: CADERNETA DE POUPANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – PLANO ECONÔMICO – REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA – JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA – APLICAÇÃO CORRETA DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA INTRODUZIDOS PELOS PLANOS ECONÔMICOS – CONDENAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA APURADAS NO PERÍODO, PARA AS CONTAS COM DATA BASE NA PRIMEIRA QUINZENA DE CADA MÊS (PLANO BRESSER E VERÃO) – APELO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da 'Apelação Cível nº 0198088-5, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, rejeitar a preliminar de nulidade de sentença em razão da prescrição quinquenal e unanimemente, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva 'ad causam'; no mérito sem discrepância de votos, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado. Sessão realizada em

25 de Maio de 2010

Recife, 25 de Maio

2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator/Presidente



201
2010

215

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº198088-5

APELANTE: UNIBANCO – União dos Bancos Brasileiros S/A

APELADA: CERES PEREIRA DE LIMA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo UNIBANCO – UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A, junto aos autos da ação de cobrança que lhe move CERES PEREIRA DE LIMA, e julgada parcialmente procedente, consoante a r. sentença de fls. 111/117, cujo relatório adoto.

Apela a instituição financeira, discorrendo, preliminarmente, sobre sua ilegitimidade passiva “ad causam” e prescrição. Pleiteia, ainda, caso não sejam acolhidas as preliminares, a improcedência da ação.

Não foram oferecidas contra-razões.

É O RELATÓRIO.

Ao revisor.

Recife, 07 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0198088-5

APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

APELADA: CERES PEREIRA DE LIMA

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

208
216

VOTO

Senhores (as) Desembargadores (as),
Senhor (a) Procurador (a)

Conforme já relatado, cuida-se de apelação cível interposta pelo UNIBANCO – UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A da sentença que julgou parcialmente procedente a ação de cobrança proposta por CERES PEREIRA DE LIMA, contra o ora apelante.

Antes de analisar o mérito do recurso em foco, faz-se necessário apreciar as preliminares suscitadas pelo apelante.

I – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA “AD CAUSAM”

No que se refere à tentativa do recorrente de argüir a sua ilegitimidade passiva *ad causam*, sob os auspícios de que a caderneta de poupança aberta pela recorrida teriam sido firmadas perante o antigo Banco Banorte S.A., e não junto ao UNIBANCO, verifica-se que tal alegação não merece qualquer guarida.

Se afigura como público e notório, que já integra o comumente sabido, e por isso dispensa a produção de prova, a sucessão do controle acionário do Banco Banorte S/A para o Banco Bandeirantes S/A.

Também é fato notório que o Unibanco S/A adquiriu do Banco Bandeirantes S/A seu ativo, consistentes nas ações e/ou cotas representativas da totalidade desta empresa, que passou a fazer parte do Grupo Unibanco.

Sobre a questão, o próprio apelante, em sua peça de contestação, fl. ²⁰⁹ 28, informa que: ²¹⁷

"...na forma do artigo 251 e seguintes da Lei de Sociedade por Ações, o Banco Bandeirantes S/A tornou-se subsidiária integral do Unibanco S/A, fato este consignado na Ata de Assembléia Extraordinária acima citada, nos seguintes termos: '...o BBSA tornou-se, direta e indiretamente, subsidiária integral do Unibanco, que passou a deter direta e indiretamente, 100% das ações do BBSA...'"

Assim, houve uma assunção pelo UNIBANCO da atividade operacional bancária do Banco Bandeirantes S/A e do Banco Banorte S/A, que implicou na transferência do ativo permanente destes.

Por essa razão, se o UNIBANCO assumiu a atividade operacional bancária do Banco Bandeirantes S/A e Banco Banorte S/A e adquiriu os seus ativos permanentes, inequívoco que passou a posicionar-se perante terceiros como sucessor dos mesmos, não obstante a inocorrência tecnicamente, da extinção da pessoa jurídica do Banco Banorte S/A.

Nesse sentido, tem-se que o UNIBANCO, sucessor de direitos e obrigações do Banco Bandeirantes e do Banco Banorte, em operação da qual extraiu lucro, deve responder pelos respectivos encargos perante terceiros que tenham sido atingidos por atos daquele, oriundos de contratos bancários que lhe foram transferidos.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

É como voto.

Recife, 28 de Maio de 2010.

Des. Eduardo Augusto ~~Paura~~ Peres
Relator

II – PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL

210
218

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem precedente no sentido de que “a prescrição relativa às ações que visam impugnar òs créditos de remuneração das cadernetas de poupança, incluindo-se aí os juros remuneratórios e a correção monetária , é vintenária” (AgRg no Ag nº 1132973/SP – 4ª Turma – Rel. Min. João Otávio de Noronha – DJe 22.06.09, anotando-se no mesmo sentido o AgRg no REsp nº 1055763/MG)

Com efeito, os juros remuneratórios e a correção monetária relativos aos depósitos em caderneta de poupança constituem-se no próprio crédito, e não meros acessórios, pois agregam-se mensalmente ao capital, integrando, assim, o objeto principal dos contratos de poupança. Disso decorre que a prescrição não é de cinco nem de três anos, mas a vintenária do artigo 177, §10, III, do Código Civil de 1916, então vigente.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar ora argüida.

É como voto.

Recife, 21 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paurá Feres
Relator

III – VOTO-MÉRITO

219 211
A

Pelos documentos acostados aos autos, fls. 14/16, restou demonstrado que o autor mantinha conta poupança junto à instituição financeira recorrente.

No que diz respeito ao direito dos poupadores à remuneração correspondente à inflação real verificada nos períodos respectivos, e que acabou por ser sonegada em decorrência da substituição de índices determinado pelos chamados planos econômicos, a jurisprudência dos tribunais já consolidou o entendimento no sentido de reconhecer o direitos dos poupadores à aplicação dos índices de correção monetária vigentes previamente às normas que trataram dos planos governamentais. Tal reconhecimento refere-se às cadernetas de poupança com data base na primeira quinzena de cada mês.

Vejamos:

"CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987) E PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). BANCO DEPOSITANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. VINTENÁRIA. CORREÇÃO. DEFERIMENTO. 1 - Quem deve figurar no pólo passivo de demanda onde se pede diferenças de correção monetária, em caderneta de poupança, nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, é a instituição bancária onde depositado o montante objeto da demanda. 2 - Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, §10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma. 3 - Nos termos do entendimento dominante nesta Corte são devidos, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%) e o IPC de janeiro de 1989 (42,72%). 4 - Recurso especial não conhecido". (STJ – 4ª Turma – REsp 707151/SP, DJ 17.05.2005)

"ECONÔMICO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JUNHO DE 1987 (26,06%). PLANO BRESSER. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%). PLANO VERÃO. I - O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de junho de 1987, antes da vigência da Resolução n. 1.338/87-BACEN, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 26,06%. Precedentes. II - O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da



220
212

correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 42,72% (Precedente: REsp n. 43.055-0/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 20.02.95). Todavia, nas contas-poupança abertas ou renovadas em 16 de janeiro de 1989 em diante, incide a sistemática estabelecida pela Lei n.7.730/89 então em vigor. III - Agravo regimental desprovido". (AgRg no REsp 740791/RS; AGRVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL2005/0057914-5 . Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR - QUARTA TURMA. DJ 05.09.2005).

Da mesma forma já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CADERNETA DE POUPANÇA - CONTRATO DE DEPÓSITO VALIDAMENTE CELEBRADO - ATO JURÍDICO PERFEITO - INTANGIBILIDADE CONSTITUCIONAL - CF/88, ART 5o, XXXVI - INAPLICABILIDADE DE LEI SUPERVENIENTE À DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO, MESMO QUANTO AOS EFEITOS FUTUROS DECORRENTES DO AJUSTE NEGOCIAL - RECURSO IMPROVIDO. - Os contratos submetem-se, quanto ao seu estatuto de regência, ao ordenamento normativo vigente à época de sua celebração. Mesmo os efeitos futuros oriundos de contratos anteriormente celebrados não se expõem ao domínio normativo de leis supervenientes. As consequências jurídicas que emergem de um ajuste negociai válido são regidas pela legislação em vigor no momento de sua pactuação. Os contratos - que se qualificam como atos jurídicos perfeitos (RT 547/215) - acham-se protegidos, em sua integralidade, inclusive quanto aos efeitos futuros, pela norma de salvaguarda constante do art. 5o, XXXVI, da Constituição da República. Doutrina e precedentes. - A incidência imediata da lei nova sobre os efeitos futuros de um contrato preexistente, precisamente por afetar a própria causa geradora do ajuste negociai, reveste-se de caráter retroativo (retroatividade injusta de grau mínimo), achando-se desautorizada pela cláusula constitucional que tutela a intangibilidade das situações jurídicas definitivamente consolidadas. Precedentes"(STF - AI AgR 363158/SP - 2ª Turma, DJ. 03.02.2006. PP00035)

À vista do exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso banco réu, mantendo-se a r. sentença por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 24 de Maio de 2010.


Des. Eduardo Augusto Paura Peres
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0198088-5
APELANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
APELADO: CERES PEREIRA DE LIMA
REVISOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO REVISÃO

**Voto pelo NÃO PROVIMENTO do apelo de acordo com o voto do
Des. Relator.**

É como voto.
Recife  de  de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR.